

“Imigração ilegal”: a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) apela a um reforço das normas de trabalho e a condições de trabalho dignas

A Comissão adoptou, no dia 19 de Julho, uma comunicação sobre imigração ilegal. Uma das principais prioridades deste programa visa fazer face ao mercado de trabalho negro, a fim de evitar situações semelhantes às do campo de “escravatura” dos trabalhadores polacos, recentemente descoberto no sul de Itália. Segundo a Confederação Europeia de Sindicatos, se a UE quer verdadeiramente combater a exploração dos imigrantes clandestinos, a protecção dos direitos humanos e das normas de trabalho dos trabalhadores migrantes – seja qual for a sua nacionalidade ou a sua situação jurídico-legal – deverá constituir um objectivo prioritário.

Em comentário aos recentes acontecimentos ocorridos na Europa, que salientaram a dimensão do fenómeno do trabalho forçado e da escravatura entre os trabalhadores migrantes, John Monks, Secretário Geral da CES, declarou: *“Estamos chocados com o facto de tais situações poderem ter lugar em território da UE. Deveriam ser encaradas pelas autoridades nacionais e comunitárias e pelos empregadores e sindicatos a todos os níveis como um sinal claro de que as políticas e as medidas actuais estão concentradas nas questões erradas e são, em grande parte, incapazes de proteger as pessoas contra a exploração. Em vez disso, queremos ver mais medidas preventivas em matéria de imigração e desenvolvimento”*.

Reagindo igualmente à comunicação publicada nessa semana pela Comissão Europeia referente a uma “política da EU de combate à imigração ilegal”, John Monks acrescentou: *“Estamos de acordo com a Comissão quando esta afirma os Estados membros devem ser mais severos em relação aos empregadores e aos que lucram à custa de condições de trabalho abusivas, mas a abordagem da Comissão não faz qualquer referência à fiscalização e à aplicação de normas mínimas de trabalho, bem como à protecção dos direitos humanos no que se refere aos trabalhadores migrantes, da mesma forma que não apela aos empregadores e às suas organizações que adoptem uma postura menos ambígua na matéria. Se queremos pôr termo a estas situações odiosas, é fundamental proporcionar aos trabalhadores migrantes ilegais e às suas famílias os meios de sair dessa situação irregular e permitir-lhes denunciar condições de exploração sem temer uma expulsão imediata do país”*.

Segundo a CES, é ilusório pensar que os Estados membros da EU podem resolver o problema da imigração ilegal fechando as fronteiras e aplicando apenas medidas repressivas.

Desde logo, em diversas tomadas de posição recentes, a CES tem vindo a reclamar uma mudança fundamental de orientação, invertendo a abordagem tipo “beco sem saída” que a maioria dos Estados membros da EU adoptou a respeito da imigração. A CES reivindica políticas sociais mais activas – e a sua aplicação efectiva a nível nacional e comunitário – a fim de pôr termo à concorrência desleal entre empresas e Estados membros em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Convém igualmente reconhecer que toda e qualquer pessoa – na posse ou não de documentos adequados – deve ser considerada e respeitada como ser humano, com acesso aos direitos humanos básicos e às normas mínimas de trabalho (incluindo condições de trabalho dignas, liberdade de associação e protecção contra o trabalho forçado), direitos esses de que todos os cidadãos deveriam poder usufruir.